



ATA/CONSEA-ES Nº 01/2026

Vitória/ES, 26 de fevereiro de 2026

ATA DA 191ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA/ES

Data: 26 de fevereiro de 2026

Horário: 14:30 às 16:30

Local: Sala dos Conselhos na Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniram-se os conselheiros e conselheiras do CONSEA/ES – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo, com as seguintes presenças: Isadora Chagas Queiroz, Juliane de Araújo Barroso, Daniela Cristina Neves de Oliveira, Edinéia Conceição de Oliveira, Ramon Camargo Miranda, Lorena Ramos dos Santos Lima, Adriana de Fátima Bravim, Maria José de Souza Rodrigues, Jefferson Brito Pereira, Aristeu Maria Júlio, Reginaldo Penha, Carlos Renato Pereira Pinto, Danuza Barros Gomes, Denize Correa Coutinho, Luara Monteiro, Giovanni Lívio, Maxwell Miranda de Almeida e Ivan Campos Bragança, em sessão plenária ordinária, para tratar da seguinte pauta: **1- Aprovação da Ata da sessão plenária de 18/12/2025; 2- Encaminhamentos da mesa diretiva – Fluxo processual das comissões; 3- Conferência Estadual SAN+2 - Progresso; 4- Espaço das comissões; 5- Informes.**

O presidente Giovanni Lívio iniciou a reunião informando que, ao final do ano anterior, ocorreram algumas mudanças na composição do Conselho. Relatou que alguns conselheiros deixaram suas funções e outros passaram a integrar o colegiado. Informou que a conselheira Carmem, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), não pôde continuar acompanhando os trabalhos do Conselho por questões logísticas, não por motivos pessoais, sendo substituída pelo conselheiro Reginaldo Penha, que passa a representar o movimento. O presidente destacou a importância de manter a representação do movimento no Conselho e deu as boas-vindas ao novo conselheiro. Também foi registrada a entrada da conselheira Adriana de Fátima Bravim, que assume a representação da Secretaria de Estado da Saúde – SESA em substituição à conselheira Letícia, que deixou o Conselho em virtude de incompatibilidade de agenda. O presidente deu as boas-vindas à nova integrante. Na sequência, foram apresentadas as justificativas de ausência. A conselheira Christiane Bonatto Mafra encontra-se em Brasília a serviço, sendo representada por sua suplente Isadora Chagas Quei-

roz, mantendo-se assim a representatividade. As representantes do programa Mesa Brasil-Sesc informaram previamente ausência por estarem participando de agenda institucional interna, previamente agendada, que impossibilitou a participação de ambas. A justificativa foi encaminhada à mesa diretiva para apreciação. Foi registrado ainda que o conselheiro Carlos Ajur não apresentou justificativa de ausência, porém sua suplente Denize encontrava-se presente, garantindo a representação. Em seguida, foi concedida a palavra ao conselheiro Reginaldo, que cumprimentou todos os presentes e manifestou satisfação em participar do Conselho. Destacou a importância do espaço para o debate das políticas públicas relacionadas à agricultura e à segurança alimentar, ressaltando que a distância e as questões logísticas dificultavam a participação da conselheira anterior. Informou que o movimento possui forte atuação na região serrana e no sul do estado e colocou-se à disposição para contribuir com os trabalhos do Conselho, bem como para facilitar o diálogo com agricultores familiares sempre que necessário. Na sequência, a conselheira Adriana apresentou-se aos demais membros, informando que é nutricionista e atua na vigilância alimentar e nutricional da Secretaria de Estado da Saúde, no Núcleo Especial de Vigilância Epidemiológica. Relatou que está na secretaria desde 2010, tendo trabalhado anteriormente em diversas áreas, inclusive nas farmácias cidadãs, onde permaneceu por seis anos. Ressaltou que sua área de atuação está relacionada à promoção da saúde e à alimentação saudável. Informou ainda que esteve afastada por um tempo devido a um acidente, porém retornou às atividades no início de janeiro e solicitou reassumir as atividades relacionadas à vigilância nutricional e ao Conselho, compartilhando as responsabilidades anteriormente assumidas por Letícia. Destacou que está chegando ao Conselho com disposição para ouvir e aprender com os demais conselheiros. Em seguida, Giovanni agradeceu a participação dos mesmos. Logo após o presidente solicitou autorização dos presentes para gravação e registro fotográfico da reunião, sendo autorizado. Em seguida, lembrou aos conselheiros as disposições do Regimento Interno relativas às faltas nas reuniões. Informou que o regimento estabelece que **três faltas consecutivas** ou **cinco faltas intercaladas** sem justificativa configuram motivo para perda de mandato. Esclareceu que as justificativas devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva com antecedência mínima de **três dias**, acompanhadas de documentação comprobatória, como atestado médico em casos de saúde. Reforçou a importância do cumprimento do regimento para evitar prejuízos ao funcionamento do Conselho. Prosseguindo, foram apresentadas as comissões permanentes de trabalho do Conselho. Informou-se que o Conselho possui três comissões: Comissão 1 – Monitoramento do Direito Humano à Alimentação Adequada; Comissão 2 – Institucionalidade: SISAN, Política e Plano de Alimentação; e Comissão 3 – Produção, Abastecimento e Distribuição de Alimentos. Foi deliberado que as comissões intensifiquem seu funcionamento, estabelecendo-se que a Comissão 1 continuará se reunindo nos dias de sessão plenária às 13h00. A Comissão 2 poderá manter reuniões em horários previamente definidos por seu coordenador, geralmente no período da manhã. Já a Comissão 3 passará a se reunir preferencialmente nos dias de plenária às 13h00. Em seguida, o presidente informou sobre evento promovido pelo Governo Federal denominado “Brasil na

Rua”, que ocorrerá no dia seguinte, das 10h00 às 18h00, na Ilha das Caieiras, em Vitória. O evento reunirá representantes de diversas áreas e contará com a presença de autoridades federais, possivelmente incluindo entre oito e doze ministros de Estado. Pela manhã haverá fórum da sociedade civil e plenária das entidades. À tarde ocorrerá mesa sobre cozinhas solidárias organizada pelo MDS, pelo Conselho Nacional e pelo Conselho Estadual. Haverá também oficina sobre editais de cultura e oferta de diversos serviços públicos, como emissão de documentos, atendimento do INSS e orientação jurídica. Destacou-se a importância da participação dos conselheiros, especialmente considerando que o estado possui apenas quatro cozinhas solidárias devidamente registradas. Em seguida, foi apresentada a pauta da reunião, incluindo aprovação da ata anterior. A pauta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O presidente comunicou ainda que a conselheira suplente Elizeth dos Anjos encaminhou carta renunciando ao mandato por motivos pessoais. A entidade que ela representava já foi comunicada para indicação de novo suplente. Passou-se então à aprovação da ata da reunião anterior, que havia sido encaminhada previamente por e-mail aos conselheiros. Informou-se que, conforme deliberação anterior do Conselho, a ata não é lida integralmente em plenária, sendo apenas submetida à votação após eventuais correções. No **ponto 1**, a ata foi colocada em votação, e foi aprovada com uma abstenção. Na sequência, já no **ponto 2** de pauta, foi apresentado o relatório da mesa diretiva sobre encaminhamentos relativos à tramitação de processos encaminhados ao Conselho, especialmente diante do aumento de programas públicos que necessitam de apreciação do colegiado. Foram mencionados dois processos recorrentes: adesão de municípios ao SISAN e análise de projetos relacionados ao Programa de Compra Direta de Alimentos – CDA. Ficou definido que os processos de adesão ao SISAN serão analisados inicialmente pela Comissão Permanente II e posteriormente encaminhados à plenária. Já os processos de permanência de municípios no sistema, previamente analisados pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, serão encaminhados diretamente à plenária para deliberação. Também ficou deliberado que, caso haja acúmulo superior a cinco processos analisados pelas comissões e a próxima plenária esteja prevista para período superior a vinte dias, poderá ser convocada reunião extraordinária para apreciação das matérias. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. No **ponto 3** de pauta, iniciou-se a discussão sobre a organização da Conferência Estadual “SAN +2”. O presidente explicou que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional está organizando encontro nacional para avaliação da implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, denominado Conferência +2. Informou que o evento nacional deverá ocorrer em Brasília entre os dias 08, 09 e 10 de junho e terá cerca de 350 participantes, incluindo representantes do governo e da sociedade civil. Cada estado terá direito à participação de quatro representantes, incluindo o presidente do conselho estadual, e três representantes da sociedade civil. Foi apresentado o cronograma nacional de preparação do Encontro, incluindo reuniões da mesa diretiva, diálogos temáticos online e encontros regionais. O Conselho Nacional solicitou que os conselhos Estaduais realizem, em março ou abril, debates ou sessões plenárias dedicadas à análise do Plano Nacional, cujos

resultados deverão ser encaminhados para sistematização nacional. Diante disso, o Conselho deliberou que a sessão plenária de março será dedicada à análise do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com participação de representantes da CAISAN estadual. Em seguida, foi discutida a organização do encontro estadual “SAN +2”, previsto em decreto e no regimento interno do Conselho como avaliação das políticas estaduais dois anos após a conferência. Foi informado que já havia sido criado grupo de trabalho. Com a saída de Elizeth, foi sugerido que a conselheira Clarice assumira a coordenação do grupo. A data preliminar sugerida para o evento é 10 de julho, com participação estimada de cerca de 100 a 120 pessoas, considerando que se trata de encontro de avaliação e não de conferência completa. Seguindo para o **ponto 4** de pauta, a Comissão Permanente 1 apresentou parecer técnico sobre planos de aplicação do Programa Estadual de Compra Direta de Alimentos (CDA). Foi apresentado parecer técnico nº 01/2026 referente aos municípios de Aracruz, Baixo Guandu, Iúna, Marilândia, Montanha, Vila Pavão e Itaguaçu. O parecer destacou que o programa constitui estratégia importante de promoção da segurança alimentar, garantindo aquisição de alimentos da agricultura familiar e distribuição para unidades receptoras. O relatório apontou que os planos atendem aos critérios legais estabelecidos pela Lei Estadual nº 9.966/2012 e pelas resoluções do Conselho. Os sete municípios contemplam 217 agricultores familiares e 31 unidades receptoras, com recursos totais de R\$ 2.352.186,69. Após discussão em plenária, os planos foram colocados em votação e aprovados por maioria, com uma abstenção. A Comissão Permanente 2 informou que, em reunião realizada em 29 de janeiro, foram analisados pedidos de adesão ao SISAN dos municípios de Alfredo Chaves, Ponto Belo e Guaçuí. Esses pedidos foram aprovados pela comissão e posteriormente pela mesa diretiva ad referendum, devido à necessidade de celeridade para acesso a políticas públicas. A plenária confirmou a aprovação por unanimidade. Por fim, foi informado que a reunião extraordinária prevista para março, que trataria do Protocolo Brasil Sem Fome, foi suspensa temporariamente, pois o processo nacional ainda está em fase de finalização. Assim que houver definição nacional, será convocada nova reunião extraordinária para tratar do tema. Foi destacado que atualmente sete municípios capixabas participam da estratégia do programa federal de combate à pobreza extrema. Nos informes finais, foi comunicado pela conselheira Maria José de Souza Rodrigues, que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Vitória está em processo de reorganização, com comissão eleitoral constituída e previsão de convocação das entidades da sociedade civil para participação. Nada mais havendo a tratar, as dezesseis horas e trinta minutos foi encerrada a sessão plenária pelo presidente, já convocando a próxima para o dia **26/03/2026** às **14h30**, e para constar, eu, Júnia Francine de Oliveira, secretária executiva, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.